

Organizações civis saúdam suspensão das demolições no Lubango

Novo jornal

9 de Setembro de 2011

decisão final em não avançar para as demolições.

A decisão do executivo de Isaac dos Anjos de suspender de início de mais uma vaga de demolições, que abrangeriam o bairro Dr. António Agostinho Neto, conhecido por Arco-Íris, alegadamente por falta de condições, foi saudada pelas associações Construindo Comunidades (ACC) e Mãos Livres, duas organizações não governamentais ligadas à defesa dos direitos humanos na província da HUI1a. O padre Jacinto Pio Wacussanga, coordenador executivo da ACC, organização que desde os primórdios, ao lado da congénere de Benguela, Omunga, se bateu contra a forma como as demolições de 2010 decorreram: disse que a decisão, foi o resultado de um conjunto de pressões exercidas, externa e internamente, sobre o governo de Isaac dos Anjos. As denúncias das organizações locais e os sinais de insatisfação verificados no interior do próprio partido no poder terão sido decisivos no “recuo” da decisão, disse o sacerdote católico, para quem os apelos das organizações internacionais sobre a necessidade de observância do respeito pelas normas dos direitos humanos também pesou no desfecho das demolições, que deveriam ter arrancado no mês de Setembro.

No entender do padre Jacinto Pio Wacussanga, cuja organização que dirige há muito se vem batendo em prol das vítimas das demolições, novas destruições trariam um grande desgaste na imagem do governador, Isaac dos Anjos. “Não é bom que um governador tão inteligente como é o nosso, com tantos projectos na área imobiliária e no reordenamento da cidade se meta a fazer coisas que ferem as fímbrias de crime contra a humanidade. Não é bom que isso se repita” rematou. Por seu turno, Jeremias “Simão”, coordenador regional sul da Associação Mãos Livres, encarou a decisão do governo da HUI1a como um recuo. E disse-se surpreendido pelo facto de o executivo de Isaac dos Anjos ter alegado falta de condições para avançar para as demolições. Isto porque, na sua visão, os desalojamentos de 2010 foram feitos nas mesmas circunstâncias: “sem condições”.

Mais contundente, Jeremias Simão disse que seria um “genocídio da população” tirar as famílias das suas pobres casas e levá-las para uma “mata”. Gesto com consequências • graves, sobretudo, em crianças em idade escolar. Jeremias Simão foi mais longe e apontou também as eleições de 2012 como razão que teria pesado na